

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 DO CONSELHO  
ADMINISTRATIVO**

1 Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, no período  
2 vespertino, às treze horas e trinta minutos, reúne-se o Conselho Administrativo  
3 do IPMM, com o Diretor-presidente, Nailor Lis. O encontro inicia-se com os  
4 cumprimentos por parte de todos os presentes. Realiza-se a chamada dos  
5 membros titulares presentes, quais sejam: Maysa Pimentel Dzus (Presidente  
6 do Conselho), Tiago Michael Fernandes de Andrade (membro titular), Tiago  
7 Weber (membro titular), Rosemari Barbosa (membro titular), Rogério de  
8 Barros (membro titular), Joyce Zanetti Silva (secretária do Conselho). A titular  
9 Gislaine Caroline Gonçalves Paes, restou como ausente, todavia, sob a  
10 justificativa da licença maternidade. Registrado falta da conselheira titular  
11 Eroni Terezinha Machado. Quórum atendido. Em seguida, a secretária lê as  
12 atas referentes à 5ª reunião ordinária e à 1ª reunião extraordinária, ambas de  
13 2024. O Diretor-presidente aponta duas percepções nas atas e sugere a  
14 alteração, constando na ata extraordinária apenas a política de investimento  
15 2025, e na ordinária os assuntos da pauta, com adequações de termos.  
16 Seguiu-se para apresentação da prestação de contas referentes aos meses de  
17 outubro e novembro de dois mil e vinte e quatro. Foi discutido sobre as  
18 receitas, rendimentos, folha, aportes, repasses funcionais e patronal. Todos os  
19 repasses funcionais e patronais de todos os órgãos partícipes se encontram  
20 conforme. O montante previsto na lei dos aportes está sendo pago pelos  
21 partícipes, exceto o da prefeitura, que vem sendo pago parcialmente. A prática  
22 mensal do ente tem sido repassar um milhão (dos R\$ 1,5 milhões devidos),  
23 visto a capacidade operacional e financeira noticiada. Cientes da prestação de  
24 contas dos meses mencionados, abordou-se primeiramente o mês de outubro,  
25 este perfazendo R\$ 2.064.114,46 como total das receitas previdenciárias. Os  
26 rendimentos das receitas previdenciárias representaram R\$R\$ 535.793,37. O  
27 total das receitas mais os seus rendimentos, importaram no montante de R\$



28 2.599.907,83. O total da folha para pagamento no mês de novembro (11/24)  
29 foi de R\$ 2.464.765,81. Na apuração do resultado financeiro (PL) de 31 de  
30 novembro de 2024 ficou em R\$ 74.446.28651. Seguindo a pauta, a análise do  
31 mês de novembro. O total das receitas previdenciárias foi de R\$ 2.744.292,45.  
32 Os rendimentos das receitas investimentos previdenciários representaram R\$  
33 511.574,23. Assim, o total das receitas mais os seus rendimentos, importaram  
34 no montante de R\$ 3.255.866,68. O total da folha para pagamento no mês de  
35 dezembro (12/24) foi de R\$ 2.474.344,92. Na apuração do resultado  
36 financeiro (PL) de 31 de novembro de 2024 ficou em R\$ 74.987.877,51. A  
37 Presidente compara as duas folhas de pagamento. O Diretor-presidente diz  
38 que a verba arrecadada é relativa mês a mês, mas apontou que o PL vem  
39 crescendo gradativamente, como pode ser observado na comparação dos  
40 demonstrativos desde o ano passado, partimos de um estagnado 30 milhões  
41 para em 3 anos ultrapassar os 80 milhões. O Diretor-presidente fez o  
42 levantamento para o COMPREV e diz que cerca de 60 a 70 casos estão em  
43 condição de seguir as etapas do processo, iniciando com a busca da  
44 homologação junto ao TCE. A compensação previdenciária de outubro foi de  
45 R\$ 23.919,61 e a de novembro, a título de entrada de processos cadastrados,  
46 foi de R\$ 552.669,00. Toda essa evolução se deve a capacitação e preparação  
47 do quadro técnico. O Diretor-presidente, exemplifica, sobre os cursos de  
48 capacitação que os servidores do IPMM realizaram e destaca que com a  
49 aquisição de conhecimentos das ferramentas previdenciárias, o instituto  
50 obteve um retorno R\$ 550 mil – por ocasião de requerimentos do comprev, o  
51 que não era feito, além dos aumentos das alíquotas patronais, feitos por  
52 projeto de lei, ou seja, conhecimento traz resultados. Em sequência, o Diretor-  
53 presidente aproveita a ocasião e mostra a Carteira Diária de Investimentos  
54 para os conselheiros, uma vez que a mesma é controlada diariamente. A meta  
55 como dirigente e gestor de recursos, restou batizada como “meta 100”, ou  
56 seja, o objetivo e esforço é chegar ao mês de dezembro 2025, com R\$ 100  
57 milhões como resultado financeiro. O conselheiro Tiago Michael Fernandes de

*Handwritten signature and notes:*  
J. J.  
Mário Roberto  
y B



Andrade faz um aparte e comenta que os que passaram no concurso público e estão sendo chamados, sendo a maioria para cargos de curso superior, o repasse para o instituto será maior. O Diretor-presidente sugere que no momento da admissão do servidor deve-se incluir o extrato previdenciário e/ou a CTC – Certidão de Tempo de Contribuição, mas como regra geral, o mais recomendado seria o extrato. E que esta poderia ser uma conduta do município. Seguindo a pauta, é feita a análise do Plano de Ação (Metas) de 2024, verificando-se o que foi cumprido, parcialmente cumprido e não cumprido. Como o ano passado foi um ano eleitoral, muitas das metas tiveram dificuldade e cautelas, onde foram parcialmente cumpridas. O Diretor-presidente expõe e detalha cada uma conforme segue, sendo **Indicadores Cumpridos:** Certificado do Pró-Gestão – Manutenção do certificado Nível I e ações para evolução ao Nível II; CRP – Manutenção dos quesitos exigidos pelo órgão regulador; Avaliação Atuarial 2024 – Levantamento de dados e cálculos atuariais anuais; Política de Investimentos – Aprovação junto ao Conselho e envio ao Ministério da Previdência; Sistema Eletrônico de Processos Previdenciários – Implementação de sistema eletrônico de peticionamento; Curso e Capacitações – Participação em cursos, palestras e congressos; Divulgação da Prestação de Contas Mensal – Apresentação das finanças aos servidores e colegiados; Relatório Prova de Vida – Atualização cadastral mensal dos segurados inativos; Cartilha Previdenciária – Elaboração e edição do Almanaque Previdenciário; Relatórios da Carteira de Investimentos – Monitoramento da carteira visando meta atuarial; Envio e Análise de Requerimentos COMPREV – Controle da Compensação Previdenciária; Reavaliação de Benefícios por Invalidez – Triagem e submissão à perícia médica; Paisagismo – Manutenção e serviços de paisagismo no imóvel. Na sequência os **Indicadores Parcialmente Cumpridos:** Apresentação e Relatório de Atividades 2023 – Prestação de contas e audiência pública pendentes; Revisão da Política de Segurança da Informação – Implementação de sistemas ainda em andamento; Atualização da Lei de Regência do IPMM –

*[Handwritten signatures and initials]*



88 Discussão da minuta do projeto em andamento; Implantação de  
89 Reconhecimento ao Agente Público Aposentado – Definição do objeto  
90 pendente; Capacitação Específica à Certificação de Conselheiros e Gestores –  
91 Formação e certificação em andamento; Atualização Cadastral – Checagem  
92 parcial dos dados no sistema; Recompra dos Imóveis pelo Município –  
93 Tramitações em andamento; Perícia Médica Previdenciária – Estudo de  
94 viabilidade em curso; POP's e Manuais – Revisão e adequação em andamento;  
95 Concurso Público – Planejamento do certame com o município em andamento;  
96 Análise de Fluxo e Procedimentos de Trabalhos – Discussões setoriais em  
97 andamento; Uniformização da Equipe de Trabalho – Compra de uniformes e  
98 crachás pendente; Busca de Terreno para Sede Administrativa – Identificação  
99 de imóvel em andamento; Benefício ao Servidor com Deficiência – Definição  
100 de parâmetros normativos pendente. Cessando os parcialmente cumpridos, o  
101 Diretor-presidente passa aos **Indicadores Não Cumpridos:** Revisão e  
102 Atualização de Regimentos Internos e Código de Ética – Revisão ainda não  
103 iniciada; Certificado de Participação no Programa Pré e Pós-Aposentadoria –  
104 Eventos e palestras não realizados; Digitalização de Processos de Concessão  
105 de Benefícios – 100% dos processos ainda não digitalizados; Censo  
106 Previdenciário – Contratação de empresa especializada não realizada; Fórum  
107 Previdenciário – Primeira edição do evento ainda não promovida; Workshop's  
108 Setorizados – Reuniões segmentadas não realizadas; Containner para Arquivo  
109 de Documentos – Aquisição não efetivada; Evento "Reencontro de Parceiros  
110 Servidores do Município de Mafra" – Planejamento e realização pendentes;  
111 Equipamento Projetor/Tela Interativa – Aquisição não realizada; Placa de  
112 Identificação Institucional – Compra não efetuada; Pintura das Calçadas –  
113 Serviço ainda não executado. O Diretor-presidente fez comentários sobre  
114 alguns assuntos pertinentes envolvendo as metas não cumpridas como a  
115 digitalização de processos de concessão de benefícios, pela falta de scanner,  
116 mas este ano já foi feito a contratação de estagiário e o equipamento de  
117 scanner já em tramite final de contratação. E as parcialmente cumpridas como



118 a Perícia Médica Previdenciária, que é uma cobrança das pessoas, pois é  
119 necessário ter o laudo o PPP e o LTCA. Quanto ao benefício ao servidor com  
120 deficiência, está em fase de elaboração a minuta do decreto regulamentador.  
121 E ainda foi falado sobre o turno ininterrupto do trabalho, das 8 às 17 horas, a  
122 ser implantado em abril ou maio. Apurando-se o resultado das 43 metas, tem-  
123 se: 15 cumpridas, 16 parcialmente e 12 não cumpridas. O Diretor-presidente  
124 explica que as metas parcialmente ou não-cumpridas inserem-se no plano de  
125 ação de 2025, como metas de objetivo contínuo, como o Pró-gestão e políticas  
126 de investimento. Quanto ao banco para Folha de Pagamento, será feito em  
127 breve muito provavelmente na modalidade de pregão. Porém, tem ainda de  
128 definir esta modalidade, uma vez que o TCE indicou leilão, todavia, o TCU faz  
129 por pregão, vários entes já fizeram por essa modalidade, assim como é  
130 orientação do TCE/PR. Por enquanto será feito aditivo para prorrogação e no  
131 prazo de três meses. Em seguida será feito o pregão, com auxílio da  
132 Administração Municipal. No TCE/SC já existe uma consulta em andamento  
133 sobre a melhor modalidade e em finalização. Encerrada a discussão do plano  
134 de ação de 2024, passou-se ao assunto de "souvenir" (presente) para o  
135 servidor aposentado. A presidente Maysa Dzuz mostra uma placa em um  
136 estojo, com menção honrosa. A conselheira Rosemari Barbosa diz que o custo  
137 é em torno de noventa reais a unidade (média R\$90,00). O conselheiro Tiago  
138 Michael Fernandes de Andrade diz que pelo levantamento de aposentados no  
139 ano e que geralmente são em torno de 30. O Diretor-presidente diz que  
140 necessário buscar orçamentos e submeter para aprovação do Conselho.  
141 Seguindo a pauta, o assunto foi edital de prova de vida. O Diretor-presidente  
142 explica que é feita de janeiro à dezembro, em referência a data de aniversário  
143 do segurado. Em dezembro faz uma busca dos ausentes e se não houver  
144 retorno do mesmo, bloqueia-se. O sistema de óbitos é integrado e bloqueia-  
145 se automático. A prova de vida vai ser implantada via aplicativo. Foi publicado  
146 Resolução de convocação no DOM. O outro assunto foi sobre a rescisão do  
147 Utilcard. Explica-se que esse convênio foi feito há anos. Em 2024 uma pessoa



faleceu e deixou residual de dívida para o instituto. O Diretor-presidente reviu o contrato, sendo o instituto figurado como órgão garantidor, um despropósito a seu ver. Sendo assim, emitiu comunicado aos segurados, aposentados e pensionistas, que por incompatibilidades, contratual e principalmente de finalidade, a partir do dia 31 de março de 2025, o cartão Utilcard não mais seria operacionalizado e disponibilizado por intermediação da previdência municipal. O comunicado completo segue anexo a esta ata. Atrelado ao cartão, solicitou-se o desligamento do Instituto da Associação Empresarial de Mafra. Adotou-se que a partir do dia 31 de março de 2025, o uso do cartão seja indisponibilizado e cancelado. O ofício segue anexo a esta ata. O Diretor-presidente pontuou que a ASPM ou Sindiserv seriam os órgãos a oferecer o cartão ou serviço da natureza. Seguindo a pauta, foi elaborado o cronograma de reuniões mensais, de fevereiro à dezembro de 2025, contemplando-se a terceira quarta-feira de cada mês, conforme consenso do Conselho Administrativo, lembrando que a nova lei prevê, no mínimo, dez reuniões anuais. O cronograma completo segue anexo a esta ata. Foi apresentado a Plano de Ação de 2025, previamente lido por todos os membros. Não houve questionamentos, portanto, o termo de aprovação do plano será assinado na próxima reunião em 19 de março de 2025. Encerrados os assuntos da pauta, Diretor-presidente passou para as livres discussões. Devido a questionamentos ocorridos no grupo do conselho de mensagens de WhatsApp, quanto as capacitações da instituição, interpretadas pela questionadora como totalmente divergente das diretrizes do pró-gestão, o Diretor-presidente expôs a relação de diárias e cursos realizados em 2024, explicando que os cursos servem para os participantes buscarem conhecimento e trocar informações para agregar às práticas do Instituto, pontua, que a capacitação e educação continuada promove o crescimento pessoal e profissional, ampliando a autoconfiança, a autonomia e as perspectivas sobre os diversos aspectos do trabalho. Como consequência, favorece a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição. A utilização do termo “continuada”, não é a toa e indica que o processo de aprendizagem não tem um período específico para acontecer. Ela



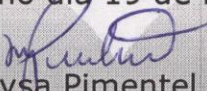
178 é constante, com a busca contínua por melhorias no desenvolvimento das  
179 atividades. No cenário atual, com rápidos avanços tecnológicos e atualizações  
180 constantes em legislações e políticas públicas previdenciárias, é  
181 FUNDAMENTAL E QUESITO BÁSICO, que os profissionais estejam atualizados  
182 sobre as mudanças e tendências relacionadas à sua área de atuação. A  
183 capacitação continuada proporciona diversos benefícios para colaboradores e  
184 equipes, preparando-se para a reação e o enfrentamento as demandas  
185 complexas do mundo previdenciário, impedindo que erros crassos e  
186 superficiais ocorram, o que era comum em tempos pretéritos, não por culpa  
187 dos agentes, mas justamente pela falta de incentivo e valorização de  
188 conhecimento dos servidores. Ou seja, buscar conhecimentos com pessoas  
189 mais inteligentes que você, a meu ver é sinal de boa gestão, pontuou o  
190 dirigente. O Conselho deliberativo, enquanto órgão integrante da Previdência  
191 Municipal, compartilha e entende que a capacitação é um processo de  
192 aprendizagem com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de  
193 competências organizacionais e de competências individuais, sejam elas  
194 técnicas ou comportamentais para atender às demandas emergentes, diga-se  
195 na maioria complexas, colocar em dúvida a participação em cursos de  
196 aperfeiçoamentos da equipe técnica e dos colegiados, é estar apartado da  
197 lógica do bom desenvolvimento institucional que busque um bom  
198 funcionamento, concluiu o colegiado. Em sequência, foi relatado que em abril, em  
199 Balneário Camboriú, haverá Congresso da ASSIMPASC – Associação dos Institutos  
200 Municipais de Previdência e Assistência do Estado de Santa Catarina -, e a  
201 preferência de participação será dado ao conselheiro titular e certificado. O  
202 Diretor-presidente sugeriu que devam ir ao congresso pelo menos a presidente e  
203 a secretária do Conselho, mas deixou aberta a participação aos demais  
204 conselheiros presentes. Em seguida, o Diretor-presidente fala sobre os PL's  
205 (Projetos de Lei) sendo um dos imóveis – compra e venda do ginásio Tutão e do  
206 centro de serviços pelo município - Projeto de Lei nº 005 de 31 de Janeiro de  
207 2025, reenviado à Câmara Municipal pelo Executivo; e PL de regência que está



em revisão e em breve acredita-se que também será reapresentado pelo Executivo. Em discussão os jetons dos conselhos. Delibera-se qual o índice ou parâmetro usado para definir um valor. A secretária falou que as funções gratificadas na Prefeitura são FG-1 no valor de um mil reais (R\$ 1.000,00), FG-2 de quinhentos reais (R\$ 500,00) e FG-3 de trezentos reais (R\$ 300,00). O conselheiro Tiago Weber sugeriu que fosse 50% do valor do jeton do Comitê de investimentos, então o jeton para o Conselho Administrativo seria de aproximados seiscentos e cinquenta reais (R\$ 650,00). O Diretor-presidente acrescentou que devido à responsabilidade e trabalhos adicionais, a presidente do deliberativo deveria receber um acréscimo de percentual 30, 40 ou 50% a mais; e a secretária, dado os encargos, 20 ou 30%. Todos concordaram e aceitaram que um destes índices fossem sugeridos para constar e adotar no PL, e que também os valores aprovados sofressem correção anual ao mesmo índice e data de reajuste/reposição do servidor. Por fim, o Diretor-presidente apresentou ofício da contadora Gisele da Costa, servidora efetiva da Prefeitura Municipal, e que desde o ano de 2009, presta serviços de contabilidade ao Instituto. Para isso, recebe mensalmente um mil e seiscentos reais (R\$1.600,00). A contadora pede atualização do valor, dado o decorrer dos anos sem correção. Após discussões e posicionamentos dos conselheiros, os conselheiros deliberaram e não concordaram no momento com esse reajuste integral no momento desde 2009, uma vez que a contadora não faz expediente no Instituto, exercendo parcialmente os trabalhos, apesar de assinar a contabilidade final. O Diretor-presidente aponta que pode e deve haver uma valorização cabível no sentido, mas fica pendente definir um valor mediano entre o que se pede e o que se entende como justo. Ao caso não se sabe como se chegou a tal valor a época e como foi deliberado, se por ata ou resolução, não foi localizado nada em arquivo, contudo, é de considerar que data de 2009, ou seja, a mais de 15 anos, mas a situação deve ser disciplinada, pelo menos até sair o concurso específico para a autarquia. O dirigente pontuou que o conselho pensasse em uma média de valor para ser apresentado na próxima reunião. O dirigente disse que inclusive vai oficiar o gabinete e a fazenda para melhor disciplinar isso, quanto ao trabalho e presença

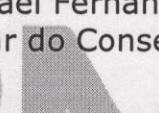


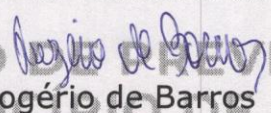
239 da profissional. Chega-se ao final da reunião, com a apresentação dos modelos de  
240 camisa para o uniforme dos servidores. São três modelos nas cores azul, branca  
241 e preta. E uma jaqueta preta, com o slogan da previdência municipal. Adota-se  
242 ainda a bandeira ,o brasão de Mafra e o slogan Mafra +. O conselho anuiu com a  
243 ideia, dado que é uma das metas do plano de ação, e declarou que a decisão de  
244 cor e modelo deve ficar ao encargo dos servidores do Instituto, que são a parte  
245 interessada. Não houve outra manifestação pontual sobre assuntos específicos  
246 por parte dos conselheiros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a  
247 presente reunião ordinária, e eu, Joyce Zanetti Silva, lavrei a presente ata,  
248 que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Encerrada reunião  
249 às 16h30, na cidade de Mafra, no dia 19 de fevereiro de 2025.

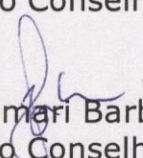
  
Maysa Pimentel Dzus  
Presidente do Conselho Administrativo

  
Joyce Zanetti Silva  
Secretária do Conselho Administrativo

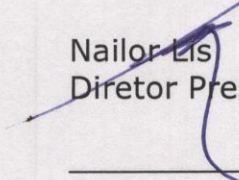
  
Tiago Michael Fernandes de Andrade  
Membro Titular do Conselho Administrativo

  
Tiago Weber  
Membro Titular do Conselho Administrativo

  
Rogério de Barros  
Membro Titular do Conselho Administrativo

  
Rosemari Barbosa  
Membro Titular do Conselho Administrativo

Presente:

  
Nailor Lis  
Diretor Presidente do IPMM



Mafra/SC, 13 de fevereiro de 2025.

Ao Conselho Administrativo

### CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO

A Presidente do Conselho Administrativo do IPMM, no uso de suas obrigações legais, **CONVOCA** todos os membros do Conselho Administrativo para a **primeira** reunião ordinária do ano de 2025, que será realizada de modo presencial, conforme segue:

**Data:** 19/02/2025 (próxima quarta-feira)

**Horário:** 13h30

**Local:** IPMM

#### Pauta da Reunião Ordinária

- 1 – Leitura para aprovação das atas: da 5ª reunião ordinária de 2024 e da 1ª reunião extraordinária de 2024;
- 2 - Prestação contas competência outubro e novembro 2024;
- 3 – Edital Prova de Vida 2025;
- 4 – Plano de metas 2025 e análise Plano de metas 2024;
- 5 – Rescisão Utilcard;
- 6 – Cronograma de reuniões do ano de 2025;
- 7 – Assuntos, informações, livres discussões e manifestações gerais.



Maysa Pimentel Dzus

**Presidente do Conselho Administrativo do IPMM**



**COMUNICADO**

**Cancelamento cartão utilcard**

A Previdência Municipal comunica a todos os segurados, aposentados e pensionistas, que por incompatibilidades, contratual e principalmente de finalidade, a partir do dia 31 de março de 2025, o cartão utilcard não mais será operacionalizado e disponibilizado por intermediação da previdência municipal.

Até o dia 31 de março de 2025, o cartão poderá ser usado sem qualquer restrição, a partir desta data, haverá o total cancelamento da operação e da contratualização.

Instituto de Previdência do Município de Mafra – IPMM

30 de janeiro de 2025

8-  
*Assinado digitalmente*



Ofício anexo – tramitação 1doc

Maфра/SC, 28 de janeiro de 2025.

À Associação Empresarial de Maфра

O Instituto de Previdência do Município de Maфра - IPMM, CNPJ 97.457.071/0001-50, situado à Rua Marechal Floriano Peixoto, 669, centro Maфра/SC, por seu representante legal infra, solicita o cancelamento junto a Associação Empresarial de Maфра, e o cancelamento dos contratos vinculados a este CNPJ.

Motivo do desligamento, como abordado com a equipe da ACIM, reflete em síntese, que a previdência municipal – IPMM, é órgão público, com regramentos próprios e específicos, de pessoa de direito público e não empresa de direito privado, além do que, o atual contrato do convênio do cartão Util Card, nos traz obrigações vinculadas e apartadas da lógica do direito público, onde senão o encargo de pagar a mensalidade do cartão utilizado pelos aposentados e pensionistas, e que vem descontado em folha como natureza de adiantamento de pagamento, temos que nos casos de óbitos dos segurados, com dívidas no cartão, a previdência municipal acaba sendo o garantidor da dívida, o que não corresponde a boa prática de gestão pública, quando eventualmente em prestação de contas, ter que justificar tal situação e ocorrência.

Outro aspecto é que a associação de servidores públicos de Maфра – ASPM, já oferece tal benefício em modalidade assemelhada, sendo que contratualizações e/ou convênios da natureza, entendemos que são os destinatários mais adequados.

Do contexto, e em atendimento a cláusula décima sétima do contrato ora vigente, para não vir em prejuízo imediato a qualquer das partes, sugere-se adotar a **data base a partir do dia 31 de março de 2025**, que o uso do cartão seja indisponibilizado e cancelado, onde os gastos de uso até essa data, serão quitados no mês subsequente, ou seja, abril 2025.

Certos de sua compreensão e atenção, protestos de estima e respeito.

At.te

NAILOR LIS:90007344953

Assinado de forma digital por NAILOR LIS:90007344953  
Dados: 2025.02.03 10:16:08 -03'00'

Nailor Lis  
Diretor Presidente do IPMM

*Assinado digitalmente*  
8.